



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

12º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ANGRA DOS REIS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2022 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) De acordo com a jurisprudência do STF no tema dos direitos fundamentais é INCORRETO afirmar que:

- a) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como *Pacto San José da Costa Rica*, tem status normativo infraconstitucional, mas supralegal.
- b) Caso a Câmara Municipal de Angra dos Reis aprove uma lei impedindo a discussão de temas LGBTQIA+ nas escolas do município, tal lei será formal e materialmente inconstitucional.
- c) A “marcha da maconha” não importa em apologia de fato criminoso, mas a sua realização, assim como a de outras manifestações e passeatas, está condicionada à previa autorização da autoridade competente.
- d) Via de regra, não é possível a condenação judicial do Estado ao fornecimento de medicamento sem registro na ANVISA.
- e) Nas políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais, é possível a adoção pela Administração Pública, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação.

2) A respeito do processo legislativo é CORRETO afirmar que:

- a) A sanção do projeto de lei pelo Chefe do Executivo convalida o vício de iniciativa.
- b) A lei complementar é hierarquicamente superior a lei ordinária.
- c) Considerando a soberania popular, todas as espécies legislativas previstas na CRFB/88 admitem iniciativa popular.
- d) De acordo com o STF, aplicam-se ao processo legislativo estadual as previsões constitucionais referentes ao processo legislativo federal, por força do princípio da simetria.
- e) É possível o veto parcial de texto de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

3) Sobre o tema do controle de constitucionalidade abstrato é CORRETO afirmar que:

- a) A declaração de inconstitucionalidade de uma lei produzirá, em regra, efeitos retroativos, sendo possível, todavia, a modulação de seus efeitos por quórum qualificado.
- b) Uma Emenda Constitucional editada para superar o entendimento do STF em determinada matéria será inconstitucional por violar a Separação de Poderes e a Independência do Judiciário.
- c) É cabível a desistência nas ações diretas de inconstitucionalidade.
- d) São legitimados especiais, cujas ações diretas de inconstitucionalidade estão condicionadas à demonstração de pertinência temática, as entidades de classe de âmbito nacional, o Governador de Estado e o partido político com representação no Congresso Nacional.
- e) Considerando a previsão legal de que não se admite intervenção de terceiros nesse tipo de processo, não é possível a participação de *amici curiae* ou a realização de audiências públicas.

4) No tema da interpretação constitucional assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ideia de uma *sociedade aberta de intérpretes constitucionais*, desenvolvida por Peter Häberle, evoca a noção de que não apenas o Poder Judiciário pode interpretar o texto constitucional, mas também os demais poderes e instituições do Estado, não sendo possível, todavia, entender que os movimentos sociais e as pessoas em geral o façam.
- b) O STF entende possível o controle de constitucionalidade de emendas constitucionais, uma vez que adota a teoria desenvolvida por Otto Bachof de “normas constitucionais inconstitucionais”.
- c) As normas do tipo princípio se caracterizam por serem mandados de otimização, sendo o conflito entre tais normas resolvido por meio da técnica de ponderação.
- d) O princípio da interpretação conforme à Constituição permite ao intérprete alterar a redação de um determinado texto normativo de forma a compatibilizá-lo com a Constituição.

e) Considerando o princípio da máxima efetividade da Constituição, não é possível afirmar que as leis gozem de presunção de compatibilidade com o texto constitucional.

5) Qual das seguintes classificações não é aplicável à CRFB/88:

- a) Analítica.
- b) Compromissória.
- c) Rígida.
- d) Histórica.
- e) Promulgada.

6) A respeito do tema do Poder Constituinte, é CORRETO afirmar que:

- a) A Mutação Constitucional, também chamada de Poder Constituinte Difuso, retrata a possibilidade de que a mudança dos costumes sociais altere o texto da Constituição.
- b) O Poder Constituinte Derivado Decorrente retrata o poder de os Estados editarem suas próprias Constituições, as quais devem observar os princípios da CRFB/88.
- c) O Poder Constituinte Originário é incondicionado, porque não precisa observar a ordem jurídica anterior; e ilimitado, porque não se sujeita a um procedimento prefixado para a sua manifestação.
- d) Considerando que a forma federativa de Estado é uma cláusula pétrea, não é possível a edição de emenda constitucional que altere o regime constitucional de repartição de competências entre os Entes.
- e) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio, mas poderá ser emendada no caso de intervenção federal.

7) A respeito dos remédios constitucionais, é INCORRETO afirmar que:

- a) O direito de requerer mandado de segurança decai em cento e vinte dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado, tendo o STF declarado que tal limitação temporal é constitucional;
- b) A ação popular serve à tutela do patrimônio público e pode ser ajuizada por pessoa natural ou jurídica;
- c) O *habeas corpus* vocaciona-se à proteção da liberdade ambulatorial, sendo desnecessária para a sua propositura a representação por advogado;
- d) O mandado de segurança é cabível para tutelar direito líquido e certo, de forma que não admite dilação probatória, como, por exemplo a oitiva de testemunhas;
- e) O mandado de injunção é o remédio cabível para as situações de omissão inconstitucional, quando a mora legislativa torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

8) Sobre o sistema constitucional de repartição de competências entre os entes federativos é CORRETO afirmar que:

- a) Compete aos Municípios, por meio de lei complementar, instituírem regiões metropolitanas, aglomeração urbanas e microrregiões.
- b) Nas hipóteses de competência legislativa concorrente, a superveniente edição de lei geral pela União revoga a lei estadual naquilo que com ela incompatível.
- c) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais.
- d) A CRFB/88 estabeleceu um rol taxativo de competências legislativas para Estados e Municípios, estabelecendo que todas as remanescentes serão da União.
- e) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

9) A respeito do regime constitucional da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As empresas públicas e sociedades de economia mista se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas, estando, portanto, dispensadas da realização de licitação.
- b) As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo inconstitucional a sua criação para funções meramente burocráticas, técnicas ou operacionais.
- c) Os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, enquanto princípios da Administração Pública, têm aplicação restrita ao Poder Executivo.
- d) As autarquias são entidades da Administração Pública indireta de natureza pública criadas por meio de decreto do Chefe do Executivo.
- e) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em qualquer caso.

10) A respeito das previsões da CRFB/88 sobre Direito Tributário é INCORRETO afirmar que:

- a) A instituição de empréstimo compulsório pela União requer lei complementar, assim como a instituição do imposto sobre grandes fortunas.
- b) A chamada “imunidade recíproca” impede que os entes federativos instituíam impostos sobre o patrimônio, renda e serviços uns dos outros, bem como os de suas autarquias e fundações, quando vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- c) O Direito Tributário é competência legislativa concorrente entre os entes e não está sujeito à iniciativa privativa do Chefe do Executivo, podendo lei de iniciativa parlamentar tratar da matéria.
- d) Compete ao Estado a instituição de imposto sobre propriedade de veículos automotores e ao Município a instituição de imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.
- e) Os templos de qualquer culto gozam de imunidade de impostos, taxas e contribuições.

DIREITO CIVIL

11) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- b) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- c) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os pródigos.
- d) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- e) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á morto, primeiramente, o mais velho.

12) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros, as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público, as fundações e os partidos políticos.
- b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, exclusivamente dolo, sendo incabível a responsabilização em regresso por mera culpa.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado e de direito público, interno e externo, com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- d) São pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, as demais entidades de caráter público criadas por lei.

e) As pessoas jurídicas de direito privado não poderão, em qualquer hipótese, realizar suas assembleias gerais por meio eletrônico.

13) Considere as seguintes afirmações:

I – Consideram-se imóveis para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico;

II - São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade;

III - Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam;

IV - São bens públicos de uso comum do povo apenas os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

V - Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

Estão CORRETAS as afirmativas:

a) I, II, III, IV e V

b) Somente I e IV

c) Somente I e II

d) Somente II, III e V

e) Somente III, IV e V

14) Segundo o Código Civil:

a) São inexistentes os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que não poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio;

b) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta;

c) É nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa relativamente incapaz;

d) É anulável o negócio jurídico simulado e não subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma;

e) O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação, e convalesce pelo decurso do tempo.

15) Em tema de ato ilícito e responsabilidade civil, é INCORRETO afirmar que:

a) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

b) Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

c) Haverá obrigação de reparar o dano nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem, desde que provada a culpa ou o dolo do agente.

d) A indenização mede-se pela extensão do dano. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

e) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

16) Considere as seguintes afirmativas:

I - Não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;

II - Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes;

III - A prescrição ocorre em quatro anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor;

IV - Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição;

V - É válida a renúncia à decadência fixada em lei.

Estão INCORRETAS:

- a) Somente II, III e V
- b) Somente I, II, III
- c) Nenhuma das afirmativas
- d) Somente I e IV
- e) Todas as afirmativas

17) Com relação ao Direito das Obrigações é CORRETO afirmar que:

- a) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, em qualquer hipótese, ainda se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso;
- b) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor;
- c) Se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, responderá por perdas e danos; se por culpa dele, resolver-se-á a obrigação;
- d) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou;
- e) A obrigação é divisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.

18) Em tema de pagamento, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- b) O pagamento deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito.
- c) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.
- d) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor ou no domicílio de quem de direito o represente, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- e) Salvo disposição legal em contrário, não tendo sido ajustada época para o pagamento, pode o credor exigi-lo imediatamente.

19) Considere as seguintes afirmações:

- I - Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado;**
- II - Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora tão somente após a citação determinada pelo juízo competente;**
- III - Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar;**
- IV - O valor da cominação imposta na cláusula penal pode, em qualquer hipótese, exceder o da obrigação principal;**
- V - A parte inocente pode pedir indenização suplementar, se provar maior prejuízo, valendo as arras como taxa mínima. Pode, também, a parte inocente exigir a execução do contrato, com as perdas e danos, valendo as arras como o mínimo da indenização.**

Estão CORRETAS:

- a) Somente I, III e V
- b) Nenhuma das afirmativas
- c) Somente II e IV
- d) Todas as afirmativas
- e) Somente I, II e V

20) Acerca da disciplina dos contratos:

I - A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato;

II - Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé;

III - É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código;

IV - A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial;

V - Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.

Estão CORRETAS:

a) Somente I, II e IV

b) Nenhuma das alternativas

c) Todas as alternativas

d) Somente I, III e V

e) Somente III e IV

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) A chamada *decisão-surpresa* não é admitida em nosso ordenamento processual, salvo em raras exceções. Em qual dos casos abaixo é cabível, excepcionalmente, essa *decisão-surpresa*?

a) tutela provisória requerida sem comprovação de urgência;

b) tutela de evidência do art. 311 do CPC, requerida na linha de súmula de corte superior;

c) expedição de mandado de pagamento em ação monitória;

d) discussão de questão que possa ser conhecida de ofício, mas sobre a qual as partes ainda não tiveram oportunidade para se manifestar;

e) tutela de evidência do art. 311 do CPC, requerida na linha de súmula de tribunal local.

22) É válida a citação pelo *correio* para qualquer comarca do país, salvo em um único dos casos abaixo. Qual seria esse caso?

a) o réu a ser citado é perfeitamente capaz;

b) nas ações possessórias;

c) o réu a ser citado é uma sociedade de economia mista;

d) o réu a ser citado é uma autarquia;

e) o réu a ser citado reside em local regularmente atendido pelo serviço de entrega de correspondências.

23) A *citação* válida é um dos atos mais relevantes do processo. Qual das afirmativas abaixo está correta, a seu ver?

a) a citação válida, mesmo ordenada por juiz incompetente, torna litigiosa a coisa;

b) a citação inválida, mas ordenada por juiz competente, torna litigiosa a coisa;

c) a citação válida, mas ordenada por juiz incompetente, induz coisa julgada;

d) a citação inválida, embora ordenada por juiz competente, induz litispendência;

e) a citação inválida, independentemente da competência do juiz que a ordenou, constitui em mora o devedor.

24) Dentre as opções abaixo, qual delas contém somente *elementos da ação*:

a) partes, pedido e interesse de agir;

b) capacidade para estar em juízo e capacidade postulatória;

c) legitimidade, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido;

d) partes capazes, e objeto lícito e não vedado em lei;

e) partes, pedido e *causa petendi*.

25) O CPC lista várias modalidades de *intervenção de terceiros*, salvo um caso abaixo. Qual?

- a) assistência;
- b) litisconsórcio;
- c) *amicus curiae*;
- d) denúncia da lide;
- e) chamamento ao processo.

26) A Fazenda Pública dispõe de *prazo em dobro* para suas manifestações processuais. Qual dos prazos abaixo está correto?

- a) 30 dias corridos para interpor apelação;
- b) 20 dias úteis para opor embargos de declaração;
- c) 20 dias corridos para interpor recurso inominado nos Juizados Fazendários;
- d) 30 dias úteis para interpor recurso extraordinário;
- e) 20 dias úteis para oferecer denúncia da lide;

27) Contra qual das decisões abaixo o recurso cabível não seria o *agravo de instrumento*?

- a) julgamento parcial de mérito;
- b) extinção de execução fiscal por pagamento;
- c) resolução de incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
- d) interlocutória que exclui litisconsorte do feito;
- e) admissão da intervenção de terceiro.

28) Qual dos casos abaixo não contempla um recurso *voluntário*?

- a) apelação;
- b) agravo de instrumento;
- c) embargos de declaração;
- d) remessa necessária;
- e) recurso inominado dos Juizados Especiais Fazendários.

29) De qual prazo dispõe a Fazenda Pública para oferecer *impugnação ao cumprimento de sentença condenatória*, para pagamento de quantia certa, que lhe é cobrada por particular?

- a) 30 dias corridos;
- b) 20 dias úteis;
- c) 15 dias úteis;
- d) 10 dias corridos;
- e) 30 dias úteis.

30) Dos casos abaixo, qual não constitui requisito para interposição de *recurso especial* dirigido ao Superior Tribunal de Justiça?

- a) tempestividade;
- b) preparo;
- c) reexame de prova;
- d) prequestionamento da matéria recorrida;
- e) esgotamento de todos os recursos admissíveis nas instâncias inferiores.

11